

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA



MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS

Cargo: Diretor Jurídico

Telefone: (41) 3420 - 1375

E-mail: marcus.freitas@appa.pr.gov.br

01 – FORMAÇÃO

- MESTRANDO EM LOGÍSTICA E GESTÃO PORTUÁRIA PELA FUNDACIÓN VALENCIAPORT
- PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO PELO INSTITUTO ROMEU FELIPE BACELAR (2009)
- GRADUAÇÃO EM DIREITO PELO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS – CESCAGE (2007)

02 - EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Bacharel em Direito, com especialização em Direito Administrativo e em vias de concluir o “Master em Logística e Gestão Portuária”, pendente apenas de agendamento de data para defesa do trabalho de conclusão, é inscrito na OAB, sob o registro nº 53.595/PR. O Advogado iniciou sua carreira como Assessor Parlamentar e Jurídico na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e após um período de prestação de serviços advocatícios na seara privada, reingressou no âmbito público como Diretor de Cidadania da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Ponta Grossa, tendo desempenhado também as funções de Secretário de Governo e Procurador Geral, junto àquele município, cujo trabalho de implantação do programa de Justiça Fiscal culminou no prêmio de Gestor Público do Paraná, na categoria Administração Tributária, com moção de aplauso nº 346/2019, aprovada pela Câmara Municipal de Ponta Grossa. Em 2019, foi nomeado como Diretor Jurídico da Portos do Paraná, onde trabalha na gestão estratégica dos Portos, junto aos demais diretores, conselheiros, orientando-os e assistindo-os com relação aos aspectos jurídicos concernentes à administração. Está à frente de uma equipe de advogados, auxiliares, e estagiários, composta de 24 pessoas, responsável por milhares de processos que tramitam na seara trabalhista, cível e administrativa (preventiva e contenciosa). Entre os anos de 2020 e 2022, conjugou os trabalhos da Diretoria Jurídica com os de Presidente da Comissão de Licitação de Áreas Portuárias (CLAP). Relacionado ao tema, obteve Qualificação de Artigo Científico no CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, intitulado “A delegação de Competências para Arrendamento de Áreas Operacionais dos Portos Organizados”, no ano 2020. No mesmo ano, obteve outra Qualificação de Artigo Científico no CONPEDI, pelo escrito chamado “Análise Estrutural do Contrato de Transição em Áreas Operacionais dos Portos Brasileiros”. Também, é membro das Comissões paranaense e distrital de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, das respectivas seccionais da Ordem dos

Advogados. Além disso, participou de diversas capacitações de relevo nacional e internacional, tais como do Curso de Gestão de Departamento Jurídico, no Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), e da COP 25 (Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança no Clima).